

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS NO CORTE DA CANA: Práticas e recursos mobilizados como estratégias de ação.

Avanço de investigação em curso.

GT18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

JAIME SANTOS JÚNIOR¹

RESUMO

O crescimento da lavoura canavieira no Brasil nos últimos anos ampliou e diversificou os circuitos migratórios de trabalhadores que se dirigem para a colheita da cana-de-açúcar. Conquanto ainda confirme a região Centro/Sul como grande pólo de atração desses indivíduos, o presente artigo elege como espaço de observação dessas mudanças o estado de Sergipe, que registra uma retomada da produção canavieira. A hipótese norteadora desse trabalho recai sobre as estratégias de sobrevivência que são mobilizadas pelos trabalhadores e que dão prova de uma complexa trama de representações identitárias sobre o trabalho no corte da cana, que fundamenta e justifica suas ações ordinárias. Essa perspectiva traz a lume a importância da análise das relações sociais concretas no processo de reprodução social.

Palavras-chave: Trabalho, identidade e setor sucroalcooleiro.

RESUMEN

El crecimiento de la producción de caña de azúcar en Brasil en los últimos años se ha ampliado y diversificado los circuitos migratorios de los trabajadores que se dirigen a la cosecha de caña de azúcar. Aunque todavía se confirme la región Centro / Sur como importante centro de atracción de estas personas, en este trabajo elige como local de observación de estos cambios el estado de Sergipe, que registra una recuperación de la producción de caña de azúcar. La hipótesis que guía este trabajo se basa en las estrategias de supervivencia que se movilizan por los trabajadores y dan evidencia de una compleja red de representaciones de identidad sobre el trabajo en los campos de caña de azúcar, que subyace y justifica sus acciones ordinarias. Esta perspectiva pone de manifiesto la importancia del análisis de las relaciones sociales concretas en el proceso de reproducción social.

Palabras clave: trabajo, identidad y sector del alcohol.

Como primeiras palavras, cabe trazer a lume o fio condutor da narrativa do texto que ora vos apresento. Para tanto, ao invés de fazer um longo prelúdio situando o desenvolvimento da indústria canavieira no Brasil, opto por apresentar ao leitor o lugar do argumento que se pretende desenvolver na relação com outros tipos de abordagens. Esta forma de introduzir traz a pretensão de recuperar alguns dos elementos que norteiam o debate no interior dos estudos sobre as relações de trabalho nos canaviais brasileiros e, ao fazê-lo, permitir aclarar a forma como estou incorporando a opção teórico-metodológica assentada em uma microssociologia das relações sociais que fundamenta a presente análise.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Bolsista da Fapesp.

Em suma, a minha inquietação intelectual recai sobre o esforço por compreender o modo como se constituem as identidades de trabalhadores cortadores de cana. Parte-se do suposto de que elas – as identidades – informam estratégias de ação. Assim sendo, a partir da análise dos diferentes espaços de socialização sobre os quais se erigem as identidades seria possível compreender como os indivíduos mobilizam os recursos disponíveis de modo a enfrentar um contexto de trabalho cujo traço de precariedade salta à vista.

Há uma farta literatura disponível que trata do tema das relações de trabalho na indústria canavieira brasileira. A pluralidade dos temas em tela envolve questões ligadas à proletarização de pequenos produtores rurais, a fragmentação de populações camponesas, aos fluxos migratórios, aos movimentos de resistência dos trabalhadores rurais, as relações de trabalho no campo, apenas para citar os exemplos cujos eixos de discussão desembocam em estudos os mais diversos. Por conseguinte, norteiam os debates categorias como “campesinato”, “migrante”, “ruralidade”, que, de algum modo, fazem parte do léxico dos estudos rurais. Certamente não tenho a pretensão de fazer uma espécie de arqueologia desses estudos, situando-os ao longo de uma perspectiva temporal. A pretensão dessa introdução é muito mais restrita e tem o intuito de situar o campo de discussões com o qual a abordagem que será aqui desenvolvida dialoga. Advirto-vos ainda que essa narrativa é uma construção para fins didáticos de exposição do argumento, insisto, nem de longe almeja dar corpo a uma ampla revisão crítica da literatura, o que extrapolaria os limites desse texto.

Uma primeira, e ampla, perspectiva de análise radica o seu argumento no eixo da exploração do trabalho. Esse é o elemento que dá o tom da narrativa presente em muitas análises. De fato, o primeiro elemento que salta à vista em qualquer estudo sobre o trabalho nos canaviais é o caráter precário, degradante, a que estão sujeitos os que ali labutam. Não apenas por se tratar de tipos de atividades que estão no liame das formas mais penosas, cuja execução requer força bruta e envolve extremo desgaste físico, mas sobretudo pela particularidade histórica do modo como se desenvolveu as relações de trabalho no campo brasileiro. No afã de compreender a persistência e o surgimento de novas formas de exploração do trabalho nos canaviais, alguns estudos acentuam os elementos de ordem estrutural na relação “capital *versus* trabalho”. Com isso, são capazes de apontar cenários de “precarização” através da análise dos processos produtivos, dos modos de gestão e usos da força de trabalho, das estratégias empresariais, às vezes reunidas sob a alcunha da “reestruturação produtiva”. Todavia, ocorre que esse tipo de abordagem mais das vezes subtrai um elemento caro à sociologia, a saber, a capacidade de agência dos indivíduos. Sim, porque ao supor que a relação “capital *versus* trabalho” somente pode ser compreendida pelos elementos estruturais que a organizam, despreza-se, com isso, o conteúdo das relações sociais concretas, vistas com sendo uma variável dependente. Não raro, é possível encontrar conclusões que se resumem ao caráter de “denúncia” das condições de exploração.

Por certo, e em razão da precariedade das condições de trabalho nos canaviais, o elemento da denúncia passa a ser parte integrante de qualquer estudo que trate do tema. Longe estou em afirmar que devemos, portanto, recusá-la. Mas para que a denúncia seja sociologicamente significativa é preciso ir além da constatação de que nos canaviais brasileiros existe exploração do trabalho.

Um segundo tipo de abordagem, já com algum desuso, assenta-se na binaridade “rural” *versus* “urbano”. Em síntese, o argumento gira em torno do suposto de que há uma sociabilidade “camponesa” que estaria sendo posta em risco em razão do avanço da proletarização dessas populações. O perigo incorre em partir de uma noção de comunidade fechada, autossuficiente, cuja fragmentação dos seus modos de vida representaria o abandono de suas estruturas tradicionais de organização da vida comunitária. Também nos afastamos dessa perspectiva por considerar que o dualismo, ainda que como construção analítica, omite a complexa interligação dos dois espaços. Assim, ambos os espaços são ocupados por grupos sociais diversos e cujos interesses estão assentados em relações de força. A consolidação de uma identidade local dependeria menos de uma associação a um espaço geograficamente delimitado, com fronteiras bem estabelecidas, e mais das disputas simbólicas dos

atores sociais que recriam e/ou transcendem a própria noção de “ruralidade” ou “urbanidade”. Esse último aspecto, mais se aproxima do nosso entendimento.

O tratamento analítico que o presente texto pretende dar ao tema das identidades que se erigem a partir do trabalho no corte da cana é ligeiramente distinto das duas perspectivas anteriormente expostas. Apesar de que a opção teórica que fundamenta a perspectiva aqui desenvolvida crie uma zona de confronto com outros tipos e abordagens, o esforço não é por contrariá-las. Antes, porém, privilegia-se outra “porta de entrada” para a análise das relações entre trabalho e vida nos canaviais. Em miúdos, a pergunta poderia ser assim formulada: face a condição de precariedade e degradação do trabalho a que estão sujeitos os cortadores de cana, como eles pensam e agem diante de tal contexto? É justamente nesse veio que se localiza a presente pesquisa. No veio analítico da relação entre vida e trabalho, que privilegia os nexos entre experiência, representações e identidades, mas que as especifica e as observa nas condições do trabalho sazonal. Isso porque nas relações de emprego assentadas sobre a intensa sazonalidade no uso do trabalho e no (re)estabelecimento dos contratos, tem-se, da parte do trabalhador, uma espécie de experiência programada de trabalho, da expectativa da sua aquisição, da sua perda e da sua re-aquisição. Tal experiência, por certo, não pode ser simplesmente reduzida à experiência do “emprego recorrente”, da vivência de vínculos feitos e refeitos, na medida em que a (subjetivamente) esperada recontração, jamais está garantida ex-ante (dada a própria natureza da relação contratual de trabalho).

Vê-se que o tema da experiência, dos sentidos atribuídos ao trabalho, da manifestação velada das resistências possui longa tradição na sociologia, o que inclui os estudos rurais. Ademais, antes mesmo de ser uma opção teórica que fundamente e informe o encaminhamento da pesquisa, trata-se de um recurso de natureza metodológica para o estudo das identidades. Que põe luz no modo ativo como os indivíduos (ou grupos) fazem a mediação com os elementos de ordem estrutural que os constroem e que, portanto, são capazes de (res)significar sua conduta. Seja para sustentar uma ruptura com as estruturas de dominação a que estão sujeitos ou mesmo, ainda que inconscientemente, para mantê-las. Dito de outra forma, é o próprio conteúdo das relações sociais concretas que deixa de ser uma variável dependente em detrimento dos “imperativos inegociáveis” da estrutura.

Ao fim e ao cabo, o leitor encontrará aqui um esforço percuciente para compreender os significados atribuídos pelos indivíduos a ações aparentemente banais no seu cotidiano de trabalho e vida, pelos quais se expressam formas de resistência veladas, bem como a tentativa de sondar a dimensão do indizível, daquilo que não é verbalizado. Certamente que essa chave analítica é tributária de uma microssociologia das relações sociais, mas que considero ser válida para uma análise das identidades que as toma no seu sentido sociológico forte enquanto processo. Evitando, ao que se espera, a linha tênue que, no sentido oposto, por vezes as concebe como reificadas, putativas, subtraindo aquilo que talvez seja a sua característica maior, a contingência.

1. A pesquisa.

O espaço de realização da pesquisa traz ainda outra peculiaridade: estou considerando o fenômeno a partir de um contexto de retomada da produção, o estado de Sergipe. As entrevistas foram conduzidas com trabalhadores das seis usinas presentes no estado observando os critérios previamente elencados como analiticamente importantes para a composição do universo amostral, são eles: geração, gênero, proveniência, experiência de migração, local de residência e trajetória ocupacional.

Em uma breve retrospectiva histórica, sabe-se que a presença da cana-de-açúcar em Sergipe remonta ao período em que o Nordeste ocupava a primazia na produção de açúcar no Brasil colonial. Apesar da sua diminuta extensão territorial, o estado possuiu grande quantidade de engenhos e teve toda a extensão da Zona da Mata ocupada pela lavoura canavieira, como atestam diferentes estudos (Dantas, 1944; Subrinho, 1983; Almeida, 1993; Amaral, 2007). No entanto, a segunda metade do século XX registrou um encolhimento da produção canavieira no estado com o fechamento de várias

unidades produtivas². O fato é que, apesar de ter a sua produção reduzida em volume considerável³, o estado registrou novo crescimento por volta de meados dos anos 2000, no bojo do aquecimento setorial da economia sucroalcooleira nacional. O que se almeja sublinhar com isso é que Sergipe possui, portanto, um *background* no que se refere ao modo particular em que se organizou a vida e o trabalho sob a influência da economia canavieira. Não se trata, portanto, de um *greenfield* no setor. O que acarreta consequências diretas, e assim veremos, no modo de vida das populações dos municípios onde a cana se faz presente.

Como forma de melhor organizar os achados das entrevistas, além de tornar mais didática a apresentação, procurei reunir as conclusões em torno de quatro eixos – ou contextos de socialização – em razão da semelhança.

2. A socialização anterior ao trabalho no corte de cana.

De onde vêm aqueles que acorrem para os canaviais em busca de trabalho? Assim formulada, a pergunta é pretensiosa. Se originariamente era a mão-de-obra escrava que preenchia as ocupações nos engenhos, com a extinção da escravidão e o modo particular como se desenvolveram as relações de trabalho e o acesso a terra no Brasil, não é descabida a afirmação de que sempre existiu ali um estoque de população cujos meios de sobrevivência eram precários. Os achados de outros pesquisadores no tocante a vida pregressa dos trabalhadores do eito mostram que as respostas tendem a ser convergentes quanto à origem familiar (Woortmann, 1990; Silva, 1999; Menezes, 2002). Oriundos de famílias de pequenos produtores rurais, por vezes ex-funcionários dos antigos engenhos da região, os trabalhadores entrevistados foram socializados em um ambiente onde a atividade na roça é parte integrante das tarefas diárias. No contraponto, a escola surge como algo distante, fora do ideário em que foram criados. Os conhecimentos ali fornecidos são para outra realidade. Sendo assim, na maioria dos casos, o início prematuro nas atividades de trabalho no campo foi a regra encontrada.

Quando postas em conjunto, salta à vista a quase homogeneidade na forma como se apresentam as narrativas. O que poderia acenar para a tese da existência de um “exército industrial de reserva”. Conquanto não nos pareça descabida essa consideração, ao menos enquanto metáfora, ela induz a uma leitura que obscurece pequenas diferenças sobre o modo como essas populações se organizam em suas estratégias de vida.

Outro elemento de destaque é a família, que se mostrou, de fato, uma variável que exerce um peso considerável nas ações dos indivíduos. Aliás, mais das vezes, as ações decorrem de uma conjunção com as estratégias familiares. A família se transforma em eixo que orienta e ampara a trajetória dos cortadores de cana. Por estratégias familiares entendo todas as decisões tomadas levando-se em conta a estrutura das relações familiares e de parentesco. Por vezes, em sua narrativa, o indivíduo apresenta a sua trajetória de vida como refém de imperativos inegociáveis face a necessidade de sobrevivência. Com isso, deixa-se transparecer certo descaso, como se decisões importantes – a exemplo de como e quando migrar – fossem tomadas sem nenhum planejamento. No entanto, a medida que a conversa vai inquirindo sobre outros aspectos da sua vida e, sobretudo, com a observação de campo, eis que surge uma rede complexa de elementos sobre os quais as decisões são tomadas. Quando vista sob esse prisma, sai de cena uma imagem que os toma como passivos, submissos e incapazes de decidir sobre sua própria vida.

Para enfrentar a instabilidade do emprego os trabalhadores recorrem a artifícios outros no afã de manter alguma renda. O recebimento do seguro-desemprego é certamente um norteador de condutas. Se, por um lado, as condições que tornam o trabalhador elegível para requerer a assistência financeira

² A narrativa desse processo, na comparação com o desenvolvimento regional e nacional da produção sucroalcooleira, encontra-se em Santos Jr. (2011).

³ Idem.

nem sempre são atendidas. Por outro, em geral, e uma vez usuário de tal benefício, os trabalhadores buscam complementar a renda por meio de trabalhos sem carteira assinada. Eis que surge o “bico”, o trabalho na diária e o trabalho para “fornecedores” ou usinas que aceitam o empregado sem carteira assinada. A ausência de uma forma de proteção social mais abrangente, que minimize os efeitos da sazonalidade do trabalho na safra, motiva-os a formas de inserção ocupacional geralmente precárias. A vivência dessa incerteza transparece no discurso dos indivíduos que, por sua vez, já pautam as suas vidas em razão da variação na renda. Daí porque “tomar uma fuga” assume, no léxico dos trabalhadores, um significado de intervalo para o descanso do corpo. Fazer segundas safras, mesmo que desejado, traz o ônus do extremo desgaste físico e mental, cujo horizonte é a morte ou a invalidez. Percebe-se, com os relatos, que essa informação não é desprezada pelos trabalhadores. Não são raros os casos de trabalhadores mutilados ou impossibilitados de trabalhar em detrimento das condições de trabalho nos canaviais.

Tem-se, então que os trabalhadores entrevistados descendem, em geral, de famílias de pequenos produtores rurais, muitos dos quais já trabalhavam nos canaviais. Portanto, há um forte condicionante de ordem estrutural que induz a uma socialização prematura nas atividades do campo. Contudo, disso não decorre um fatalismo que os aprisiona a um contexto de vida e trabalho cujo traço do imobilismo constitui a imagem maior. Nessa chave, a metáfora do “cativeiro” ilustra justamente o que resta, para essas populações, na organização das suas vidas. Malgrado essa imagem – portanto, sem desmerecê-la por completo –, vimos que os indivíduos constroem uma trama de ações para fazer frente a tal contexto. Desse modo, as formas de inserção ocupacional disponíveis na região, a orientação futura sobre a qual se estruturam as ações cotidianas, as estratégias desenvolvidas para enfrentar um tipo de trabalho marcado pela instabilidade, de acordo com os achados, realçam a capacidade de agência dos indivíduos e o modo ativo sobre a qual se estruturam seus interesses. Outrossim, as estratégias são também construções coletivas, ou seja, importam a família, a comunidade e os grupos de trabalho enquanto esferas de comunalidade.

3. A socialização nos espaços de trabalho.

A despeito de muitos, entre os trabalhadores entrevistados, já possuírem alguma experiência prévia no corte da cana, o universo do trabalho nas usinas fornece uma miríade de elementos a partir do qual se forjam as identidades. A esse respeito, a análise dos processos e modos de gestão do trabalho, os locais de moradia dos trabalhadores, a trajetória ocupacional, as experiências de migração, constituem marcadores fundamentais que estruturam redes de relações entre os próprios trabalhadores e sustentam formas de resistência.

Quanto ao processo de trabalho, Sergipe apresenta ainda baixo grau de mecanização. Em algumas usinas, a topografia do terreno é um limite para a introdução da colheita mecanizada, contudo, para as usinas que possuem terras mais planas, já há previsão de introdução das máquinas. Outra característica peculiar do cenário sergipano é o caráter prematuro da conformação das relações de trabalho. A retomada da produção canavieira e a emergência dessa imensa população trabalhadora fez com que os sindicatos rurais voltassem sua atenção para as usinas. Até então, sua atuação voltava-se mais para a agricultura familiar e a aposentadoria rural. Na medida em que essa população trabalhadora e assalariada apareceu quase que subitamente, houve um processo de retomada das negociações visando atualizar a Convenção Coletiva de Trabalho, que estava parada havia doze anos. Num cenário de incipiente conformação das relações de trabalho, as primeiras tratativas visavam estabelecer um mínimo aceitável no cumprimento dos parâmetros legais já estabelecidos pela legislação trabalhista. Apesar dos avanços, o caráter prematuro dos conflitos de classe favorece a ação das usinas e de fornecedores de cana que ousam agir ao arpejo da lei.

Não é difícil supor que um tipo de trabalho sempre associado à condição de precariedade e a situações de extremo desgaste físico e mental – assumam uma imagem extremamente negativa. Remeter

o leitor às situações de trabalho no corte da cana quase que dispensa qualquer adjetivação. A ideia da negatividade do trabalho no corte da cana é sentida também, como era de se esperar, no discurso dos entrevistados. A representação do seu trabalho está sempre associada a adjetivos tais como pesado, cansativo, ou ainda em expressões como “coisa de doido”, entre outras. Ademais, e esse é um aspecto de extrema importância, eles próprios não se veem como “cortadores de cana”, no sentido de reconhecerem essa atividade como uma profissão. Ao afirmar que não possuem uma “profissão” – que em geral justificam em razão da ausência de formação escolar, ou mencionam outra profissão que exerceram em algum momento de suas vidas – já revela um forte indício de que a atividade atual que exercem não propicia elementos simbólicos positivos com os quais eles se representem no eixo dessa identidade de trabalho. Desse modo, o trabalho, ao invés de conferir reconhecimento, antes, retira-o. Quando afirma ser cortador de cana, segue-se a essa resposta uma justificativa que por vezes assume um tom jocoso.

No entanto, não decorre dessa “negação do trabalho” a ausência de qualquer identidade que os una. Percebê-la, todavia, exige que o pesquisador leve em consideração a forma peculiar que assumi a tessitura dos confrontos nesse contexto. Como já o indicara Scott (1985), estes tendem a ocorrer de modo velado, difuso, nem sempre manifesto, aberto. Assim, curiosamente, as formas de incentivo ao aumento da produtividade, marcadamente o pagamento por produção, embora os induza a cortar mais cana no intuito de obter mais renda, passa pela mediação do próprio trabalhador que irá equacionar ao seu modo. A própria imagem daquele que corta mais cana, geralmente associada a virilidade, não é ausente de variações. Daí porque, assume importância no léxico dos indivíduos a ideia de “tomar uma fuga”. Expressão que denota a necessidade de “descansar o corpo”. Isso ocorre no período entre safras, mas também ao longo da jornada de trabalho. Não é outro o significado de “meu dia a dia eu sei fazer”. É o modo como o indivíduo equaciona as demandas que o induzem a aumentar a produtividade, conseqüentemente a renda, e as condições de trabalho. Certamente que, ao acirrar a competição, o pagamento por produção gera efeitos para além do controle pessoal. A formação das turmas de trabalho e o controle exercido pelas usinas induzem a recusa daqueles trabalhadores que apresentam menor produtividade. Essa é, inclusive, uma variável importante nos fluxos migratórios.

O acúmulo de experiências em diferentes contextos de trabalho, as redes pelas quais circulam as informações sobre oportunidades ocupacionais, formas de resistência, entre outros elementos, induzem a formação de uma identidade de classe. Nesse eixo, existe a representação de uma identidade enquanto “canavieiros”. Assim sendo, e em concordância com Menezes (2000), binaridades como “exploradores” e “explorados” apresentam baixo potencial analítico. Nesse tipo de abordagem tende a desaparecer a mediação dos atores, o papel da experiência. A autora trabalha com a noção de “múltiplas identidades” por considerar que os trabalhadores migrantes – mas não somente eles, eu diria – veiculam diferentes identidades de acordo com as suas estratégias de sobrevivência e pela experiência acumulada enquanto “canavieiros”. Assim, “suas identidades assumem diferentes formas em diferentes situações e podem também variar ao longo de suas vidas” (Menezes, 2000, p. 54).

4. A experiência da migração.

Como já indicaram os achados de outros pesquisadores (Menezes e Cover, 2011; Novaes, 2007; Moraes, 2007), o escrutínio dos circuitos de migração para a colheita da cana-de-açúcar é carente de bases estatísticas confiáveis. Posto que este seja um fator que limite a possibilidade de dimensionar a real escala e o modo como circula essa mão-de-obra, os estudos de casos disponíveis na literatura que trata do tema já oferecem achados confiáveis e que permitem compreender esse processo (Silva, 2008a e 2008b; Galindo, 2009).

No que foi possível constatar, São Paulo ainda exerce grande peso enquanto pólo de atração para os trabalhadores canavieiros. Sobre esse aspecto não há nada novo. Outras pesquisas já haviam salientado esse fato (Silva, 2005). Via de regra, as usinas da região Centro/Sul buscam mão-de-obra

barata e potencialmente menos ofensiva na região Norte/Nordeste. Ocorre que não é possível dizer que exista um padrão para essa migração, no sentido de configurar uma rota perene. Acredito que devemos começar por esta constatação. O que pode constatar para o caso de Sergipe é que existe uma miríade de circuitos migratórios sempre fluidos e instáveis. Mais das vezes, a ida de um indivíduo, ou grupo, conflagra uma rota de migração. Que pode ser desfeita logo em seguida por razões diversas, desde a redução da mão-de-obra empregada, a opção por trabalhadores de outras regiões, o aumento das exigências de produtividade entre outros aspectos. Em outros momentos, é a empresa que atua, ela mesma, enquanto agenciadora de mão-de-obra nos locais de origem desses trabalhadores. De modo que o fluxo de entrada e saída pode ocorrer das duas formas. O que explica a dificuldade que sindicatos e a justiça do trabalho encontram ao tentar mapear essas rotas.

Os circuitos migratórios dos trabalhadores sergipanos que se dirigem para o corte da cana em São Paulo apresentam alguma semelhança com outros contextos de migração, em outros estados. Neles, assumem grande importância as redes sociais. É por elas que irão passar as informações acerca das oportunidades de trabalho, do acolhimento e apresentação do trabalhador-migrante nas cidades de destino, configurando assim um circuito confiável que outros poderão fazer. A decisão de migrar é, como se vê, equacionada pelos indivíduos em razão das suas estratégias de vida, ainda que no discurso, por vezes, ela assuma uma narrativa de “aventura” rumo ao desconhecido.

Ademais, pude constatar a manutenção de um conhecido fluxo migratório: sertanejos que migram para o corte da cana. São os “corumbas” (Sigaud, 1979). A análise das suas trajetórias laborais indica que alguns têm no corte da cana uma atividade subsidiária à agricultura que mantém. Para esses, é o resultado dessa safra que regula o deslocamento. Outros, porém, já estão inseridos desde cedo no trabalho nos eitos e Sergipe surge como uma opção entre outras. Há ainda outro circuito migratório que ocorre entre regiões onde a presença da lavoura canavieira é antiga, em Sergipe e Alagoas.

Nesse cenário, ainda que para as empresas seja vantajosa a manutenção de vínculos de trabalho intermitentes em razão do ciclo biológico da cana, não ocorre o mesmo para os trabalhadores. No intuito de manter-se empregado ele é obrigado a sujeitar-se a um processo de “desenraizamento” físico e social para o qual a migração é o resultado imediato. Ainda assim, o impacto desse “desenraizamento” se insere em suas estratégias de sobrevivência na tentativa de minorar as consequências negativas que possam advir. Dessa forma, na existência de uma oportunidade de trabalho mais próxima do seu local de residência, onde ele possa retornar uma vez ao mês, ainda que a renda auferida seja menor, ele tende a priorizar essa oportunidade ocupacional. Com efeito, os circuitos regionais de migração, as políticas públicas de sedentarização dessa mão-de-obra, entre outros fatores, estão alterando o mapa das migrações para o Centro-Sul. A possibilidade do emprego a curta distância reduz os riscos da viagem, possibilita manter o vínculo com a família e com a comunidade de origem.

Não considero, portanto, que seja suficiente explicar a configuração dos circuitos migratórios pela chave genérica da “acumulação do capital”, preterindo os atores concretos. À relação de “dominação”, “exploração”, deve-se apor as formas de resistência que vivificam a capacidade de agência dos sujeitos. Do contrário, o argumento claudica. Passa a falar de uma suposta entidade onisciente, o “capital”, que tudo controla e domina. Nessa perspectiva, a apreensão dos indivíduos das condições degradantes a que estão expostos é tomada, por uma parte de alguns analistas, como uma variável dependente na estrutura da reprodução social. O leitor já pode perceber que o meu esforço é justamente inverter os termos dessa equação, daí porque importa estudar o conteúdo das relações sociais. Não necessariamente para contrariar aquela tese, mas para demonstrar como os próprios trabalhadores produzem suas formas de resistência e reagem frente aos desmandos. Assim sendo, não basta apenas mostrar a face da exploração levada a cabo pelas usinas nos seus métodos de organização e usos do trabalho. O eito é também um “campo de batalha”. As formas de exploração não ocorrem num “vácuo social”, mas através da contradição e do conflito.

5. Formas de resistência.

O problema anteriormente suscitado, sobre a dificuldade em se flagrar determinadas situações no discurso dos indivíduos, vem a tona mais uma vez. Descortinar os significados contidos na linguagem suscitou diferentes questões com o andamento das entrevistas. Uma delas diz respeito ao que se supõe ser uma ação de resistência ou conflito. Para compreender a polissemia que os termos podem assumir é preciso, antes, situar o contexto de trabalho nos canaviais. Para tanto, urge ter em mente que estamos tratando de situações que estão, digamos, no liame das condições mais precárias e degradantes de trabalho. Não raro, formas pretéritas de exploração a exemplo da escravidão. É um trabalho executado a céu aberto, sujeito as intempéries do tempo, aos deslocamentos, cujo desgaste físico e mental salta à vista. Talvez por esse motivo, as pesquisas sobre o tema assumam um caráter de denúncia. De um modo ou de outro, tais estudos manifestam uma inquietação, um protesto contra as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores do eito. Todavia, pode haver um *gap* entre a percepção de injustiça do pesquisador – que de alguma forma é externo aquela realidade – e a dos próprios trabalhadores.

Por seu turno, parece salutar ter alguma cautela quanto ao pressuposto de que as situações vivenciadas pelos trabalhadores são “revoltantes”. Ou melhor, não se trata de qualificar se são ou não são, mas evitar a afirmação categorial prévia de que a ideia de “sofrimento” é percebida igualmente por todos. A percepção da injustiça pode variar no tempo e no espaço (Barrington Moore, 1978). Essa “dor” pode ser “anestesiada” por outros fatores e até mesmo auto-imposta. Portanto, sigo a pista deixada por Scoot (1985, 1990), que é a mesma utilizada por Menezes (2000), para capturar o modo como se estrutura o conflito através do que ele chamou de “práticas cotidianas de resistência”. Que se manifesta em outra linguagem e cuja estrutura é feita de pequenas e pontuais ações de resistência e confronto. Não assumindo, portanto, a forma convencional de conflito aberto com opositores bem definidos.

Durante a pesquisa, com o avançar das entrevistas, ficou evidente que buscar formas de conflito aberto restringiria, ou mesmo esconderia, ampla parcela de ações de resistência que acontecem de maneira velada. Curiosamente, elas não aparecem nos momentos em que o tema da conversa versava sobre “conflitos”. De maneira geral, as ações que denotam formas de resistência e oposição às situações enfrentadas pelos trabalhadores aparecem em outros momentos. Mesmo assim, sempre com alguma cautela no modo como expressam o seu pensamento. Com isso, sutilmente, deixam entrever o que são ações de avanço e recuo em direção ao conflito que, por seu turno, residem em pequenas ações cotidianas. Em concordância com o que dissera Scoot (1985), as formas de resistência presentes refletem as condições e constrangimentos nas quais elas são geradas. Assim, se elas são abertas, elas raramente são coletivas, ou, se são coletivas, raramente são abertas. Nas passagens já citadas anteriormente, já havia indícios de diferentes formas de resistência, a exemplo da tentativa de moderar a sua produção em razão do cansaço, do “roubo” na pesagem, entre outros fatores. São passagens que voltam a aparecer em meio as suas narrativas.

De fato, não encontrei nenhum trabalhador que tivesse judicializado alguma causa. Mas esse dado, que poderia indicar passividade, esconde outras formas de resistência que operam de outra maneira. Claro está que não é por falta de interesse, mas porque, na maioria dos casos, isso seria equivalente a inviabilizar oportunidades ocupacionais. Este é o significado de “sujar o nome”. Por isso, “o cabra tem que pensar”. Até mesmo o artifício da “mentira” pode ser usado para justificar a intenção de interromper o contrato. Que, como se vê, não é comum quando motivado pelo próprio trabalhador. Ademais, percebe-se que há uma alteração no pronome empregado quando é para afirmar a possibilidade de recorrer à justiça: “eu” não coloco, mas o “cara” pode colocar. A meu juízo, essa mudança de pronome na frase não é aleatória. Ao fazê-lo, a autoria da causa se esvanece. O “cara” é o “outro” que ninguém quer assumir.

Uma vez que o confronto nem sempre se faz com os atores bem definidos, salvaguardar o nome é uma estratégia de resistência. Donde o recurso: “não compensa”. Lembremos que, como já havia dito, o modo de contratação é bastante capilarizado e faz uso de redes pessoais. Não vigora, portanto, um

contrato impessoal entre demandante e ofertante de mão-de-obra, ainda que de fato ele exista. O que importa é a rede de confiança informal entre o “turmeiro” e o trabalhador, ou mesmo entre os próprios trabalhadores.

6. À guisa de conclusão.

O resultado que ora vos apresento não são conclusivos, a pesquisa ainda está em andamento. Contudo, ao dar um tratamento analítico ao modo como se erigem as identidades no contexto de trabalho dos cortadores de cana, correlacionando-as com as estratégias de ação, buscou-se suscitar um debate acerca da importância do conteúdo das relações sociais na análise das formas de reprodução social.

7. Referências bibliográficas.

Almeida, M. da G.S. de. (1993). Nordeste Açucareiro: desafios num processo de vir-a-ser capitalista. Aracaju. Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento, Banco do Estado de Sergipe, 1993.

Amaral, S.P. (2007). Tese de doutorado não publicada. Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba. 1860-1888. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Barrington Moore, JR. (1978). Injustice: The Social Bases of Obedience And Revolt. Stamford: Ray Freiman & Company.

Dantas, O.V. (1944). O Problema Açucareiro de Sergipe. Aracaju: Paz e Terra.

Galindo, O. (org.). (2009). Desemprego Sazonal na Atividade Açucareira Pernambucana: zona da mata e região metropolitana do Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana.

Menezes, M.A. (2000). Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira. História Oral, 3, 49-68.

Menezes, M.A. (2002). Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPA.

Menezes, M.A., Cover, M., Silva, M. S. da. (2011). Mecanização de Lavouras Canavieiras: eliminação ou um novo lugar para o trabalho manual? Comunicação apresentada no 35º Encontro Anual da ANPOCS, GT36 – Trabalho, Ação Coletiva e Identidades Sociais, Caxambu, SP.

Moraes, M.A.F.D. de. (2007). O Mercado de Trabalho da Agroindústria Canavieira: desafios e oportunidades. Revista de Economia Aplicada. São Paulo, V.11, n. 4, 605-619.

Novaes, J.R.P. (2007). Idas e Vindas, Disparidades e Conexões Regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. Novaes, J.R., Alves, F. (orgs.). Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR.

Santos Jr., J. (2012). O Mercado de Trabalho Canavieiro e as Novas Fronteiras de Expansão: o caso de Sergipe. Trabalho apresentado no XV CISO: Encontro Norte-Nordeste de Ciências Sociais Pré-Alas Brasil. Teresina-PI. Acessado em 31 de julho de 2013. Disponível em:

<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT15-10.pdf>

Scott, J.C. (1985). *Weapons Of The Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University.

Scott, J.C. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. Michigan: Yale University Press and New Haven and London.

Sigaud, L. (1979). *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.

Silva, M.A. de M. (1999). *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Silva, M.A. de M. (2005). A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. *Revista Lationamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 10, n. 17. 31-54.

Silva, M.A. de M. (2008a) Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. *CADERNOS CERU, série 2, v. 19, n. 1*.

Silva, M.A. de M. (2008b) Mortes e Acidentes nas Profundezas do ‘Mar de Cana’ e dos Laranjais Paulistas. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v.3, n.2, Artigo 1. Consultado em 31 de julho de 20013. Disponível em:

http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146

Subrinho, J.M. dos P. (1983). *Dissertação de Mestrado. História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Campinas/SP: Unicamp.

Woortmann, K. (1990). Migração, Família e Campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*. 35-53.